

Primeira sessão do ano inicia com apreciação de um veto

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

A primeira sessão ordinária de 2018 acontece amanhã, na Câmara de Jundiá, às 18h. Os trabalhos legislativos serão iniciados com a apreciação de um veto parcial emitido pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB).

O Projeto de Lei (PL) nº 12.192, do vereador Rogério da Silva (PHS), foi considerado inconstitucional pelo poder Executivo. A peça institui uma campanha de incentivo à leitura no sistema municipal de ensino, mas segundo a justificativa do veto, o artigo 2º do PL em questão “não observa a competência privativa do prefeito, previsto na Lei Orgânica Municipal”. A lei diz que compete ao chefe do Executivo propor projetos que interfiram no orçamento do município.

Projetos

Em seguida, ocorre a votação do PL 12.407, do prefeito, que autoriza a doação de áreas públicas no Jardim Novo Horizonte para a Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), para uso comercial em empreendimento de interesse social.

O PL 12.173, que regula a reutilização de gêneros alimentícios e de suas sobras para doação, volta

a ser apreciado. A proposta apareceu pela primeira vez na ordem do dia da sessão de 28 de novembro, mas fora adiado na época, pois o vereador autor da proposta não estava presente.

Outra proposta que volta a pauta é o PL 12.196, do vereador Wagner Ligabó (PPS), que regula o uso de caçambas metálicas para a coleta de terra e entulho.

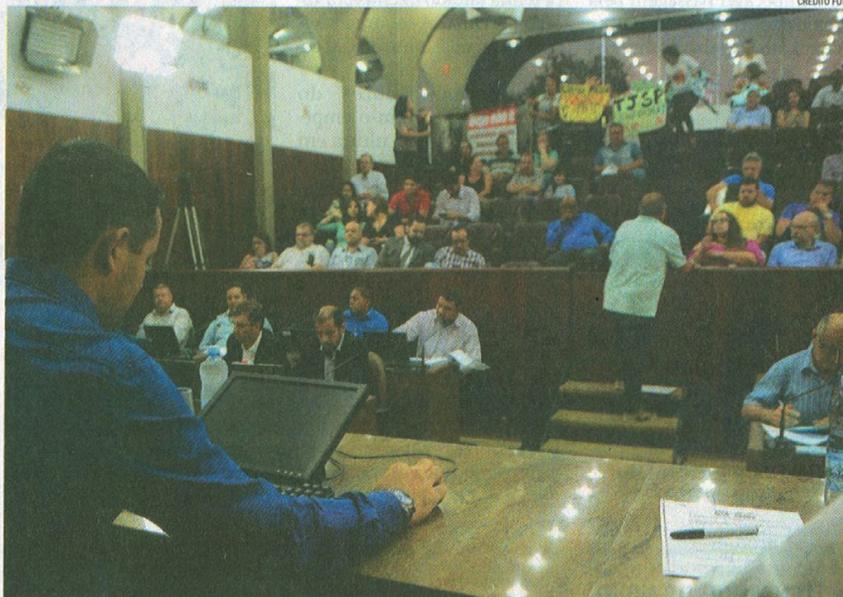
Calendário

O calendário municipal ganha mais uma data já celebrada mundialmente com o PL 12.298, de autoria do vereador e presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), que institui o dia 29 de outubro como o “Dia da conscientização da psoríase e outras doenças de pele não contagiosas”. Na mesma data, o Dia Mundial da Psoríase já é comemorado.

Em seguida, ocorre a votação do PL 12.440, do vereador Edicarlos Vieira (PSD), que proíbe a gestão pública de ocultar, dissimular ou dificultar a visualização de radares de velocidade dos veículos nas vias públicas municipais.

Moções

A pauta do dia também conta com a apreciação de cinco moções, entre elas a Moção nº98, dos vereadores Cícero da Saúde (PROS) e Gustavo Chec-



VETO Câmara irá decidir se mantém ou se rejeita veto a projeto sobre leitura nas escolas; peça interviria no trabalho do Executivo

chinato (PPS) - que atuou durante 30 dias como suplente do colega de partido Paulo Sérgio, que tirou férias em novembro de 2017. A medida faz um apelo ao governo federal, ao Ministério da Saúde, ao governo estadual e à Secretaria da Saúde por envio urgente de verbas aprovadas para o Hospital São Vicente de Paulo (HSV).

Outra moção de Cícero apoia o PL 140, do senador Dário Berger (PMDB), que determina um prazo máximo para o agendamento

de consultas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Recesso

A Câmara de Jundiá entrou em recesso no dia 19 de dezembro, depois de um ano repleto de sessões polêmicas, com a discussão sobre identidade de gênero nas escolas públicas municipais. Outras questões que suscitaram grande participação da população foi a do aumento do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e de mudança de horário da Tribuna Livre para o fim das ses-

sões e não no começo, como é realizado atualmente. Este projeto foi adiado para apreciação no dia 20 de fevereiro.

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), afirmou, em entrevista ao JJ, que espera um ano mais calmo para os vereadores. Em 2017, a Câmara devolveu R\$ 11 milhões aos cofres municipais, que foram destinados ao Hospital São Vicente de Paulo para pagamento do 13º salário de seus funcionários, que já não tinham recebido o benefício em 2016.